



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA (24ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos quatorze dias do mês de agosto, do ano dois mil e dezesete, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Vigésima Quarta (24ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 11 de agosto de 2017. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Orivaldo Aparecido Magalhães (13), Samuel Nogueira Cavalcante (14), Sônia Regina Rodrigues (15), Tiago César Costa (16) e, ausente, Moacir Genuario (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Cristiano Gaioto, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o senhor Presidente suspendeu a sessão, às 18h35, para receber, em plenário, o Sr. *Victor Hugo Chedid, Presidente da Empresa Fênix, concessionária do transporte coletivo, em Mogi Mirim, em atendimento ao pedido verbal, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros*, aprovado, na última sessão. Cumprida dita providência, a Sessão foi reaberta, às 19h36, e o Senhor Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Vigésima (20ª) Sessão Ordinária, Segunda (2ª) e Terceira (3ª) Sessões Extraordinárias, realizadas todas, em 26 de junho de 2017, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas, pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Resolução nº 04, de 2017, da Mesa da Câmara Municipal, “autorizando antecipar devolução, neste exercício, de 2017, de parte do saldo de banco e caixa remanescente de duodécimos, ao Poder Executivo, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Balancete e Relatórios da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de julho de 2017”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 495/2017 - Assunto: realização de Audiência Pública, com intuito de discutir questões relacionadas ao Turismo de nossa cidade, a ser realizada no dia 31 de agosto de 2017, às 18h30. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 504/2017 - Assunto: REQUERIMENTO SOLICITANDO AO EXMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, INFORMAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL N º 13.022/2014 NO MUNICIPIO DE MOGI MIRIM (ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS).



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Autoria: ANDRÉ ALBEJANTE MAZON. Requerimento Nº 506/2017 - Assunto: Solicito informações ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, sobre audiências públicas nos bairros, visando elaboração de orçamento participativo, onde a população apontará suas principais necessidades e demandas, contribuindo desta forma para elaboração do plano plurianual e demais leis orçamentárias. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 509/2017 - Assunto: SOLICITA AO EXECUTIVO MUNICIPAL QUE INFORME PORQUE A POLICIA MILITAR NÃO RECEBEU MATERIAL NECESSÁRIO (TALONÁRIO) PARA O DESENVOLVIMENTO DO SEU TRABALHO. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, JORGE SETOGUCHI, SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 510/2017 - Assunto: REITERO requerimento nº 120, em que solicito informações a Secretaria de Obras, Habitação Popular e Mobilidade Reduzida sobre a atual situação das residências do loteamento Eugênio Mazon, zona leste do município. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 511/2017 - Assunto: REQUER AO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE ENVIE INFORMAÇÕES A RESPEITO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE, CONFORME A LEI Nº 4092/2005 Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Requerimento Nº 512/2017 - Assunto: Requeiro informações do Executivo sobre a política de industrialização do município. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 513/2017 - Assunto: Requeiro informações do Executivo solicitando estudos sobre a possibilidade de dação, em pagamento de impostos e taxas devidos, com a locação de imóveis para funcionamento de repartições públicas. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 514/2017 - Assunto: REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE SOLENIDADE PARA HOMENAGEAR FORMADOS DA FATEC ARTHUR DE AZEVEDO, EM HOMENAGEM PELO “DIA MUNICIPAL DO TECNÓLOGO”, A REALIZAR-SE EM 11 DE SETEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

DE 2017, COM INÍCIO ÀS 18H30, APÓS A ABERTURA DOS TRABALHOS DA SESSÃO ORDINÁRIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 515/2017 - Assunto: ENCAMINHO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ABAIXO-ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO JARDIM MURAYAMA, EM QUE SOLICITAM RECUPERAÇÃO DA MALHA ASFÁLTICA DO BAIRRO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 516/2017 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES SOBRE A MANUTENÇÃO DAS GALERIAS FLUVIAIS SOB A ESTRADA PROFESSORA NEUZA COELHO DA SILVA (MMR-084). Autoria: JORGE SETOGUCHI. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 1130/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Rua Anilton Silva (antiga rua 31), Pq. Laranjeiras. Autoria: ANDRÉ ALBEJANTE MAZON. Indicação Nº 1131/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA ALCINDO BARBOSA, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1132/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO, ROÇAGEM E LIMPEZA DA PRAÇA JOSÉ SCHINCARIOL, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1136/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA HEITOR PAULO ZORZETTO, JD BI CENTENÁRIO. Autoria: ANDRÉ



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ALBEJANTE MAZON. Indicação Nº 1137/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA PREFEITO ANTÔNIO LEITE DO CANTO, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1138/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA DR. JOSÉ ALVES, LOCALIZADA NO CENTRO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1139/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA INTENDENTE QUERUBIM CÂNDIDO RANGEL, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DO ESTADO II. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1140/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA DR. PAULO TEIXEIRA DE CAMARGO, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DO ESTADO II. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1141/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras e Planejamento, Gerência de Limpeza Pública: limpeza das guias e retirada de entulhos na Rua Paulo dos Reis Junqueira, Bairro Jardim Tropical. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 1142/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: providências para “tapar buracos”, em toda extensão da Rua Victorio Brombini, Bairro Jardim Tropical. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 1143/2017 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a imediata recuperação e manutenção da Estrada Rural MMR- 231. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 1144/2017 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a imediata recuperação e manutenção da Estrada Rural MMR-248. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 1145/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE ESTUDOS PARA A INSTALAÇÃO DE MÃO ÚNICA DE VIA, SENTIDO CENTRO BAIRRO, NA RUA AMÉLIA DE CAMARGO AZEVEDO, NO JARDIM LINDA CHAIB. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 1146/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA PEDRO T. ZANI, NA VILA SÃO JOSÉ. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 1147/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, A INTERDIÇÃO DE ACESSO A LOTE INSTITUCIONAL, USADO COMO VIA DE TRÂNSITO, ENTRE OS BAIRROS JARDIM MURAYAMA E JARDIM HÉLIO CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1148/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA VEREADOR ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DO ESTADO II. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1149/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO PODA DAS ARVORES E LIMPEZA NAS MARGENS DA RUA COLÔMBIA, NO MIRANTE. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. A seguir, o Senhor Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 204/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR PAULO GZVITAUSKI, OCORRIDO NO DIA 07 DE AGOSTO DE 2017. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 205/2017 - Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos ao Empresário VICTOR HUGO CHEDID, pela doação de pneus para o caminhão do Corpo de Bombeiro Municipal. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO, ANDRÉ ALBEJANTE MAZON. Moção Nº 209/2017 - Assunto: Moção de pesar, com um minuto de silêncio, pelo falecimento de EMERSON MESCHIARI, ocorrido no dia 07 de agosto de 2017. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Moção Nº 210/2017 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ao Colégio Imaculada de Mogi Mirim pela comemoração da Festa de Santa Cândida em 09 de agosto de 2017. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Moção Nº 211/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DA SENHORA JOSEILDA MARIA DA SILVA, OCORRIDO NO DIA 04 DE AGOSTO DE 2017. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Moção Nº 212/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DA JOVEM RAYZA DOS REIS, OCORRIDO NO DIA 04 DE AGOSTO DE 2017. Autoria: JORGE SETOGUCHI. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios, datados de 07 e 08 de agosto de 2017, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito do Requerimento nº 93/2017; Indicação nº 1030/2017; Indicação nº 1054/2017; Indicação nº 1053/2017; Indicação nº 970/2017, desta Edilidade; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, comunicou à Casa a *composição do Conselho de Ética Parlamentar da Câmara Municipal, para o biênio 2017/2018, conforme dispõem os artigos 15 e 16, da Resolução nº 157/1995, a saber: Vereador Cristiano Gaioto – Presidente; Luís Roberto Tavares – Vice-Presidente; Vereador André Albejante Mazon, 1º secretário; Vereadora Sônia Regina Rodrigues, membro, e Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, membro,* composição que foi aprovada, pela unanimidade dos vereadores presentes. Posto isto, o Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele lembrou, que no próximo dia 28 de setembro, quando os mutuários adimplentes fizessem o pagamento da última parcela, o bairro popular da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano – CDHU, no município, denominado Eugênio Mazon, completaria vinte e cinco anos de sua implantação; que o Programa Cidade Legal, da CDHU, havia proposto a reforma de algumas casas, as quais tinham apresentado problemas estruturais; que os moradores, após quitarem a última parcela, deveriam se dirigir ao Setor de Habitação, da Prefeitura, e requererem, da CDHU, a certidão de quitação de contrato, para que, com este documento, em mãos, pudessem, no Cartório de Registro de Imóveis, solicitar o registro de suas casas; que, sendo o bairro de interesse social, o morador não pagaria o Imposto Sobre Transferências de Bens Imóveis – ITBI, mas apenas pagaria cerca de duzentos e cinquenta reais, para ter a escritura, em mãos; que existiam, porém, as vinte casas, em pendência judicial, “paradas na Justiça”, um caso, que nunca se resolvera e para o qual o vereador já fizera inúmeras reuniões, na CDHU, com o Secretário Silvio Torres, com o setor jurídico da CDHU, sempre escutando a mesma posição, ou seja, que a solução dependia da sentença, na Justiça; que, no dia 29 de maio do corrente ano, Dr. Emerson Gomes de Queiróz



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Coutinho, o Juiz do Fórum de Mogi Mirim, havia feito visto, baixado os autos, no cartório, para juntar a decisão, logo, o vereador acreditava que, até o final do ano, em curso, o acordo sairia, para solução das vinte casas e, quem sabe, a reforma se iniciaria, comunicando, igualmente, que algumas casas seriam até derrubadas, certamente; que, há cerca um mês, ele fazia visitas aos proprietários das vinte casas; que as casas seguiam, lacradas, podendo algumas delas ruírem, haja vista que tinha se passado muito tempo, haviam trincas seriíssimas nas casas; que, por coincidência, no último final de semana, lendo o Jornal Oficial da Prefeitura, deparara-se com um edital de notificação de retirada de galhos e entulhos, justamente, para a rua Guiomar Maretti Marangoni, cidadão Clarino Alves; que o senhor Clarino Alves estava na lista, daqueles que recebiam o aluguel social, em razão das trincas em sua casa da CDHU, e residia, portanto, no Bairro Maria Beatriz, mas ele recebera a multa, pela casa trincada e abandonada, na CDHU, o que era um absurdo, em virtude da a pessoa já ter sido penalizada, pelas condições de sua habitação, sequer morava na residência, e, ainda por cima, era multado, e que, ele, vereador, conversara com Secretário Victor Coppi, que lhe prometera sanar a situação da multa, mas ele registrava, enfim, tais “heranças” do Bairro da CDHU. Como o próximo orador, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Marcos Antônio Franco. Inicialmente, o vereador cumprimentou os presentes, e, ato contínuo, agradeceu ao empresário e proprietário da Visafértil, Ulisses Girardi, que lhe cedera seis caminhões de pedregulhos, para que algumas melhorias fossem praticadas, no estacionamento do Centro de Especialidades Médicas – CEM, local onde permaneciam as ambulâncias e outros veículos, do transporte da saúde. Agradeceu ainda, ao senhor Luiz Delbó, agricultor, residente nas Chácaras das Uvas, que cedera seu trator. O vereador agradeceu a ambos, pela ajuda à cidade, bem como teceu agradecimentos também, à população do Bairro Maria Bonatti Bordignon, porque tinha sido feito um mutirão, para limpeza



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

das praças. Para concluir, cumprimentou todos os pais presentes, pelo transcurso do Dia dos Pais, falou da importância do pai, na vida de um filho, e citou José, pai nutrício de Jesus. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. A vereadora narrou, que estivera em São Paulo, Capital, na data, visitando a sede da Fundação para o Desenvolvimento Escolar – FDE; que há tempos a então dirigente regional de ensino, professora Elin Vasconcelos, pedira sua ajuda, para viabilizar, na EE Valério Strang, parte da rede elétrica; que ela entrara em contato com o deputado e presidente do FDE, João Curi, ex-prefeito da cidade de Botucatu, padrinho de casamento de seu filho, pois tinham estudado juntos, que, após telefonema, ela fora, então, até São Paulo, encontrando-se também, na Capital, o deputado Barros Munhoz e a Secretária de Educação, Flávia Rossi, que levavam reivindicações outras, para creches-escolas, e que, ela apenas comunicava tais fatos, aos pares. Sobre outro assunto, antecipou-se em falar do projeto de resolução lido, para devolução de parte do saldo de banco e caixa, o duodécimo da Câmara. Narrou, que fora à São Paulo, com o presidente Jorge e com a Vereadora Sônia Rodrigues e comentara sobre o assunto, durante toda a viagem; que havia a necessidade sua, de se instalar, de ter a assessora, por perto, porque ela despachava, na porta do “Palácio de Cristal”, já há três anos, e estava esgotada, aclarando, igualmente, que ela nunca entrara no novo prédio da Câmara, desde a mudança da edilidade, para o novo endereço; que ela não queria contestar a necessidade do prefeito, que precisava de dinheiro, mas acentuou que a Câmara não gastava mais do que uma ínfima parte do orçamento, porque a edilidade poderia chegar a 7% do orçamento do município, mas gastava apenas 2,5%, e ainda, que o saldo era totalmente devolvido ao Poder Executivo, no final do exercício anual; que havia um clamor da população, os vereadores precisavam entregar o suntuoso prédio da Praça São José, o denominado “Palácio de Cristal”; que todas as atividades da edilidade eram feitas no plenário da antiga Câmara e, para exemplificar, citou a reunião com o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Presidente da empresa Fênix, as reuniões das comissões e as convenções partidárias; que a devolução do duodécimo levaria a Câmara a ficar sem dinheiro; que ela se posicionava contra a devolução, pessoalmente, e a Comissão de Finanças e Orçamento teria sua posição também, mas sublinhava a necessidade da Câmara, em manter o dinheiro, em seu caixa, para a reforma do antigo prédio, porque necessário era se pensar numa Câmara vinte anos à frente, que a Câmara estava “andando para trás”, pois o Poder Legislativo tinha que dar um mínimo de conforto aos vereadores, e que, era imperativo desocupar o prédio da Praça São José e reformar o antigo prédio e o dinheiro seria muito útil. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Magalhães. Ele relatou que seu assessor e ele haviam feito uma experiência interessante, tinham adentrado num ônibus coletivo, no início da Rua Campo Grande, e percorrido trecho da linha, que já ao adentrar tinham constatado bancos quebrados, falta de cobertura nos pontos de paradas, e que, ele não estava perseguindo ninguém, apenas estava fazendo o seu trabalho de vereador, tentado fazer com que coisas, que tinham ocorrido, no governo anterior, não voltassem a acontecer, na atual administração. Pontuou que a Vereadora Maria Helena tinha falado, com muita propriedade, sobre o “Palácio de Cristal” e acrescentou, registrando que o aluguel iria aumentar, anos após anos, sem que fosse eliminada a dívida principal, o contrato, que fora assinado. Verbalizou, que as pessoas lhe perguntavam na rua, quem estava ganhando dinheiro, para manter, em vigência, o contrato do aluguel do “Palácio de Cristal”; que ele tentava explicar às pessoas, que tudo dependia de lei, de norma; que o erro se dera, no passado, quando da assinatura do contrato; que a resposta da população ao erro tinha sido dada nas urnas, pois muito poucos vereadores da “bancada do amém”, daquela legislatura, tinham retornado à Casa; que era preciso ter muito cuidado, em ser fiador de outrem, porque decepções viriam, certamente; que alguns vereadores tinham sido eleitos “na bacia das almas”, numa situação crítica; que as pessoas tinham mais acesso à informação, com maior rapidez, graças as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mídias sociais, logo, era muito mais difícil manter escondido um posicionamento de voto, que prejudicara a população de Mogi Mirim, e, sobre o contrato de concessão do transporte coletivo, explicou que o vencedor da licitação apenas recebera um novo sócio, no contrato, permanecendo a receber os dividendos do contrato de concessão; que a tarifa era acrescida, porque haviam mais pessoas, no contrato, que precisavam ganhar também, que, analisando, juridicamente, o atual contrato de concessão, este era um segmento do contrato anterior, e que, o presidente da empresa dissera, enfim, que tentaria obedecer. O orador perguntava, então, qual penalidade a empresa Benfica tinha recebido, por ter lesado a população de Mogi Mirim? Por fim, disse que não estava perseguindo ninguém, e que, percebera na pessoa do presidente da Fênix uma certa sinceridade, mas ele se sentiria muito mais confortável, se tudo estivesse escrito, no papel. Como os próximos oradores, Vereadores Samuel Nogueira Cavalcante e Sônia Regina Rodrigues, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. Desde logo, ele explicou que o companheiro de bancada, Vereador Moacir Genuario, estava passando por exames, os quais tinham se estendido além do previsto. Depois, comentou sobre a audiência pública, realizada na última quinta-feira, sobre assuntos da saúde, agradecendo aos vereadores e ao público, o comparecimento. Ele afirmou que o trabalho tinha sido amplo, importante e interessante, na tentativa de entender o que tinha acontecido, em Mogi Mirim; que a fiscalização seria sempre sua bandeira, enquanto vereador, e explicou que faria visitas surpresas às UBSs, bem como “um pente fino”, nas licitações do município, nos CEMPIs e escolas municipais, a fim de saber que tipo de merenda estava chegando às crianças, quanto estava sendo gasto, qual empresa fora contratada, qual tipo de contrato estava sendo praticado e outras situações; que, em breve, ele traria novidades desta pesquisa; que os vereadores deveriam dar respaldo à população, para que confiasse no trabalho dos vereadores, quando este fosse exercido de forma responsável e digna; que, enquanto muitos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

questionavam o salário dos vereadores, sua resposta era o trabalho, o empenho e o estudo; que ele estava empenhado a desvendar a “Farra das Diárias”, um assunto grave; que ele soubera, durante a semana, que as caixas, as quais continham os documentos comprobatórios haviam desaparecido, tinham sumido as provas das diárias, as quais tinham sido desviadas da saúde; que ele tinha a listagem das diárias pagas, em 2015; que se tratavam de diárias de quarenta até cem reais, quando pernoite; que haviam diárias pagas no valor de quatrocentos reais, setecentos reais, trezentos reais, duzentos reais, além de diárias, em duplicidade, num único dia, somando-se montantes absurdos; que ele tinha feito pedido das notas de até cinco anos atrás, tendo ele sido informado, de que era a Secretaria Financeira quem deveria lhe fornecer; que ele já fizera ofício ao Secretário de Finanças, para que lhe remetesse toda a listagem de diárias pagas, nos últimos cinco anos, para que ele descobrisse como a antiga administração tinha chegado a valores de quatrocentos, trezentos, setecentos reais, ou mais; que ele detinha nomes; que ele iria descobrir para onde tinha ido o dinheiro da saúde e a caixa, contendo provas, que desaparecera. Conjecturou, por fim, se tais fatos ocorriam apenas na área da saúde, ou se tal prática tinha se expandido pelos outros departamentos. Como os próximos oradores, Vereadores Alexandre Cintra e André Albejante Mazon, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Cinoê Duzo. Ele verbalizou sobre os ônibus do transporte coletivo urbano e falou que, desde 2010, lutava para que a cidade tivesse seu terminal de ônibus urbano, sempre sugerindo sua instalação no Espaço Cidadão. Destacou que que Mogi Mirim tinha uma das passagens mais caras do Brasil, ao custo de R\$ 3,50, sem retorno algum ao seu usuário; que a instalação de um terminal, no Espaço Cidadão, traria maior flexibilidade para as linhas, facilitaria o acesso das pessoas, haveria instalação de banheiros e bebedouros e assentos confortáveis, painéis eletrônicos, os quais facilitariam a comunicação; que os munícipes teriam a informação sobre em qual linha embarcar e lembrou que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

localização seria ideal, próxima a Rua Conde de Parnaíba, uma das principais ruas de comércio, em Mogi Mirim, além da proximidade com a Estação Educação; que poderiam ser instalados boxes e os ambulantes poderia trabalhar no local; que a instalação do terminal poderia se dar através de uma parceria, entre o Poder Público e o setor privado, que em nada perturbaria a Feira Noturna, e que, o terminal de ônibus facilitaria a vida dos estudantes, dos trabalhadores, das gestantes, seria espaço digno e decente, de qualidade, lugar prático, para esperar pelo transporte coletivo. Como o próximo orador, Vereador Cristiano Gaioto, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Iniciou, falando do seu desapontamento, com o escasso público presente, justamente, quando estivera presente, na Casa, o empresário, presidente da empresa concessionária do transporte coletivo, abordando assunto do interesse de todos. Falou, que a população parecia não assimilar a importância de certos assuntos, que a população deveria ter estado presente, na Câmara, deveria “tirar um tempo para reivindicar”, porque era da obrigação do vereador cobrar, que os serviços públicos fossem da melhor qualidade, mas era imprescindível ouvir o que as pessoas ansiavam, e lembrou que propagara o convite, para a audiência com o presidente da Fênix, durante a semana toda, no seu programa de rádio. Dirigindo-se à Vereadora Maria Helena, salientou que era corporativista, em relação à Câmara Municipal, explicando que a sua preocupação era tornar a Câmara respeitável perante à população, porque ninguém estava para “receber, sem fazer nada” e todos davam a sua contribuição, de uma maneira, ou de outra. Em relação à entrega do prédio do “Palácio de Cristal” e à ruptura do contrato de locação, o vereador afirmou que o Presidente da Câmara estava correto, em cumprir todas as regras, haja vista ser ele o responsável legal da Casa, e o vereador confiava na sua integridade pessoal, embora ele, orador, também se sentisse incomodado com a demora. Falou, que não concordava que os vereadores comprassem móveis, às próprias custas, para decorar seus



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

gabinetes, porque era “negócio estranho” e esperava que a Casa, após reformada, desse garantia de trabalho aos vereadores, com uma infraestrutura propícia, e pediu por um armário, para colocar documentos importantes, pois tudo estava “amontoado”, no seu gabinete, no “Palácio de Cristal”, um verdadeiro muquifo, na sua opinião. Por fim, parabenizou o ex-vereador Luiz Guarnieri, eleito presidente do PSB, e comunicou a reeleição de Leonardo Zaniboni, como Presidente do Solidarietà. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior que, desde logo, convidou a todos para audiência pública, cujo objetivo era potencializar o Terceiro Setor, para a captação de recursos, conhecimento dos fundos e conselhos, e exposição das possibilidades de projetos e suas destinações, agendada para o dia 16 de agosto. Disse, que era muito importante que o terceiro setor pudesse se organizar e verbalizou que o palestrante da ocasião seria Bruno Barroso, da Nexo Consultoria, especialista, em captação para o Terceiro Setor. Ressaltou o Requerimento nº 513/2017, de sua autoria, através do qual solicitou informações do Executivo sobre a possibilidade de dação, em pagamento de impostos e taxas devidos, com a locação de imóveis, para funcionamento de repartições públicas. Explicou, que o assunto tinha sido levantado, na Câmara; que não era bom ao Poder Público fazer locações; que devedores do município tinham feito acordo de compensação, várias dações, me pagamento, uma compensação; que anexo ao requerimento ele elencava casos, que a ideia deveria ser levada em conta, pelo Poder Executivo Municipal, pois era uma forma de receber as dívidas, e que, haveria a devida autorização legislativa para tanto, pois a ideia vinha, para diminuir gastos, com locações. Concluindo, teceu comentários sobre a industrialização do município e a preocupação que o prefeito tinha, com o crescimento habitacional, no município, embora, até o momento, não houvesse nenhuma preocupação, quanto aos incentivos às indústrias, e pediu por benefícios fiscais às empresas, as quais desejassem se instalar no município. Afirmou que as leis



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atuais não eram atrativas aos empresários e que o requerimento trazia tais considerações, portanto, solicitava ao Poder Executivo que dedicasse um local, para o desenvolvimento das indústrias. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele comentou sobre o Requerimento nº 516/2017, de sua iniciativa, explicando que a Estrada da Jacuba - Estrada Rural MMR 084 fora interrompida há vários anos, desde a gestão anterior, porque lá, existia o problema de um riacho que, quando de uma enchente, tinha danificado a tubulação. O vereador solicitava à secretaria competente, que tomasse alguma providência, para que a estrada retornasse a ser trafegável. Respondendo à vereadora Maria Helena, que reclamara sobre a demora para início da reforma do antigo prédio da Câmara e pedira o término do contrato de locação do novo anexo, o vereador Jorge destacou, acerca do aluguel do novo prédio, que sua vontade era a de estar no prédio antigo, mudar-se, para onde eram realizadas as sessões, mas que, infelizmente, tal problema tinha sido criado, na gestão anterior, dentro da total legalidade, logo, a atual Mesa estava com as “mãos atadas”, desejando que a reforma do antigo prédio caminhasse, todavia, sublinhou que a burocracia era grande. Sobre o duodécimo, afirmou à vereadora, que os membros da Mesa da Câmara tinham se reunido com o Secretário Financeiro da Prefeitura, o qual lhes apresentara um estudo e ele explicava, então, que já estava programada a receita, para ser empregada na reforma, que o dinheiro do duodécimo era um dinheiro, em aplicação, e que, “na mão do prefeito”, tal dinheiro teria valia muito maior, para a população de Mogi Mirim. Para encerrar, frisou que o dinheiro da reforma do antigo prédio da Câmara já estava reservado. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente, novamente, na direção dos trabalhos, suspendeu a Sessão às 20h43, conforme o disposto no Artigo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1.** Projeto de Lei nº 67, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a transferência de titularidade de imóvel doado, que especifica, e dando outras providências”. Parecer e *Emenda Supressiva* da Comissão de Justiça e Redação. Pareceres das Comissões de Exames de Assuntos Industriais e Comerciais e de Finanças e Orçamento. Usou da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela aclarou que a empresa Morecap tinha recebido área de quatro mil metros quadrados, localizada no Distrito Industrial; que, em 2015, fora feita a transferência da titularidade, em favor de dois sócios, os irmãos Miguel Henrique Moreno e Sérgio Moreno; que, em 2016, os sócios tinham solicitado autorização legislativa, para transferir a titularidade, em partes iguais, para as empresas MMCA Administração e SSAA Administração de Bens, que, agora, os sócios solicitavam transferir cinquenta por cento a cada uma das duas empresas, e que, a posição da CFO era favorável à transferência de titularidade, “apenas concordar e autorizar”. O próximo a discutir foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele explicou a emenda supressiva, pormenorizando que se tratavam de várias doações, três áreas doadas à família; que a CJR tinha oficiado o Município, para saber sobre certo recurso do Tiro de Guerra, no valor de doze mil reais, que tinham sido doados, para a reforma do Tiro de Guerra, logo, não havia o porquê tal item estar inserido no Projeto nº 67/2017, razão da emenda supressiva, pois a incumbência era referente às outras duas áreas, sendo a incumbência cobrada no Projeto de Lei nº 75/2016; (submetido a votos, sessão de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

hoje, a Câmara Municipal aprovou, unanimemente, pelos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 67/2017, do Prefeito de Mogi Mirim e emenda); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **2.** Projeto de Lei nº 75, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a transferência de titularidade de imóveis doados, que especifica, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Exames de Assuntos Industriais e Comerciais e de Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela explanou, que se tratava de outra empresa da família Moreno, sita na Rodovia Mogi Mirim/Campinas, onde fora doado barracão, mesmo caso do projeto anterior, e a holding da família solicitava a transferência de titularidade às empresas MMCA Administração e SSAA Administração de Bens, em partes iguais, aos dois irmãos. Frisou que os imóveis tinham sido doados, por força de lei, datada de 1991, e a CFO, considerando que os proprietários tinham cumprido todas as obrigações, emitira parecer favorável à matéria; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara Municipal aprovou, unanimemente, pelos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 75/2017, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** **3.** Projeto de Lei nº 69, de 2017, de autoria do Vereador doutor Gerson Luiz Rossi Junior, “instituído, no Calendário Oficial do Município de Mogi Mirim, o Dia Municipal da Conscientização e Combate da Violência Contra à Pessoa Idosa”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara Municipal aprovou, unanimemente, pelos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 69/2017, do Vereador Gerson Rossi Júnior); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. Inicialmente, o vereador cumprimentou o Vereador Guilherme da Farmácia, de Mogi Guaçu, presente nas galerias. Depois, comentou sobre indicação, de sua autoria, através da qual ele sugeria alteração do itinerário do ônibus, que passava pela Rua Amélia de Camargo Azevedo, localizada no Jardim Linda Chaib, precisamente, o ônibus do sentido Centro – Bairro, bem como solicitou mão única de direção para a citada via, mesmo porque, como afirmara o Secretário de Trânsito, Victor Coppi, partindo do Jardim Velho, seria este, o caminho mais fácil para se chegar até a nova UPA 24 horas, na zona leste. Falou a respeito da iluminação pública, lamentou as várias indicações, solicitando o mesmo serviço. Citou, que três delas, eram de sua autoria, e lamentou a demora no trâmite da proposição, logo, explicou, que preferia, ultimamente, utilizar a ligação telefônica, que ele fazia à funcionária Marli, da Secretaria de Obras, o que dava agilidade ao processo e acelerava os serviços. Ato contínuo, solicitou a todos os vereadores, os quais fizessem parte da Comissão de Regularização de Loteamentos, uma reunião, semanalmente, às 16 horas, nas quartas-feiras, iniciando-se já na próxima, cuja pauta seria loteamentos, em geral, especificamente, o Loteamento Bulgarelli, com problemas, em processo, no Setor Jurídico da Prefeitura, para o qual se buscava regulamentação, bem como decidir qual o melhor caminho para a regularização do Parque das Laranjeiras. Como os próximos oradores, Vereadores Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Marcos Antônio Franco e Maria Helena Scudeler de Barros, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. O vereador requereu prudência, por parte dos colegas vereadores, ao anunciarem verbas para o município de Mogi Mirim, porque, embora descrente, a população o interpelava, perguntando sobre tais situações, como, por exemplo, a verba de sessenta e dois milhões de reais, que tinha sido conquistada no Governo Stupp, para o asfaltamento do Parque das Laranjeiras, algo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que fora muito divulgado também pelos jornais. Ponderou, que seria bom informar a mídia jornalística somente depois que o dinheiro já estivesse no erário de Mogi Mirim e não antes disso, porque, na maioria das vezes, a verba nunca chegava e caía no esquecimento, levando a população à frustração. Disse, que fora feito um “asfaltinho” no Parque das Laranjeiras, para “enganar a população”, e não se sabia aonde fora parar o dinheiro; que, andando pelo Parque das Laranjeiras, era visível o sofrimento daquela população; que a rua 30, a principal rua do bairro, carecia de atenção especial; que ele até apresentara indicação sobre a Rua 30, onde havia muita poeira, algo desumano; que dever-se-ia dispensar um caminhão pipa, por semana, para, pelo menos, tentar amenizar o problema da poeira, no caminho do ônibus, e perguntou quem seria o “herói”, “o deputado”, “a pessoa” que resolveria o problema do bairro, definitivamente; que havia existido um prefeito, que tinha instalado iluminação, no bairro, mesmo sendo irregular o loteamento, um prefeito, que tinha colocado água naquele loteamento, mesmo sendo irregular o loteamento; que ele gostaria que a situação do Laranjeiras não servisse apenas, como palanque de pessoas, e sugeriu juntar “toda a Câmara” e buscar uma solução para o loteamento, porque era desumano o que ocorria por lá; que não existia transporte público para o loteamento, aos sábados e domingos, e perguntou se as pessoas não precisavam se deslocar aos sábados e aos domingos, inquiriu como elas conseguiam trabalhar, por exemplo, uma cozinheira de restaurante, um garçom, sem condução; que ele não estava preocupado, em angariar nada, mas pensava que a Câmara, em conjunto, pudesse chamar um deputado, alguém que “sempre tenha olhado pela cidade”, e pedir um ponto final, na história do Parque das Laranjeiras, uma solução definitiva. Como os próximos inscritos, Vereadores Samuel Nogueira Cavalcante e Sônia Regina Rodrigues, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. O vereador, desde logo, registrou o seu repúdio ao Presidente do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC, pelo primeiro W.O. (ausência



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em campo) de toda a sua história, episódio muito triste. Afirmou, que o presidente vinha dilapidando o patrimônio do clube, insistentemente, que o Vereador Geraldo Bertanha e ele, orador, haviam conversado e, então, propunham convocar a todos, para um protesto acerca de tal situação do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC, cujo convite à população já se encontrava nas redes sociais, requerendo a presença do povo para o protesto e para um abraço coletivo, em torno do Estádio Vail Chaves, de propriedade do MMEC. Ele esperava contar com a presença da população, no protesto, pediu aos internautas que saíssem de suas casas, a fim de protestarem, rogou à população que entendesse a importância de defender os bens da cidade. Respondeu, aos que lhe criticavam, a respeito de sua preocupação com o MMEC, que ele também se preocupava com a educação e com a saúde da população, porque ele tinha várias bandeiras, era possível se preocupar e buscar soluções para vários assuntos, dentre esses, também o MMEC, patrimônio imaterial da cidade, que estava sendo destruído. Relatou ter estado com o jogador Paulo Nunes, ex-MMEC, que também estava ajudando no movimento e gravara um vídeo, convocando o povo de Mogi Mirim para o protesto. Finalizando, ponderou que as pessoas tinham que se unir às lutas, que eram justas; que esperava levar faixas e, pacificamente, mostrar a indignação dos torcedores, para com os forasteiros, pessoas que tinham vindo da cidade de Guarulhos, para concluir a destruição do MMEC. O próximo orador foi o Vereador Alexandre Cintra. Ele comentou a respeito do transporte público e destacou, que tinha propriedade para abordar o assunto, pois andava de ônibus, de segunda-feira a segunda-feira, e, portanto, constatava, pessoalmente, vivenciava, dia a dia, a decadência do serviço público, em relação aos horários, à estrutura e ao atendimento. Reportando-se ao discurso do Vereador Orivaldo Magalhães, concordou com a lastimável situação da Rua 30, do Parque das Laranjeiras, e sugeriu a quem quisesse conferir, que tomasse o ônibus da linha 4, e que, aproveitassem a estiagem. Narrou que era impossível sentar-se no ônibus, ou andar,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apoiado nos balaústres, tamanha a imundície. Dirigindo-se ao Vereador Cinoê Duzo, comunicou-lhe o total apoio para um terminal urbano, no Espaço Cidadão, explicando, igualmente, que o projeto original do Espaço Cidadão não vingara, totalmente, ficara inconcluso, apenas parte dele fora implantada, e que, ali era, realmente, o melhor local para um terminal de ônibus urbano. Verbalizou, que a linha de transferência, que se pretendia instalar, no Jardim Velho, preocupava-lhe e muito, pois a praça era antiga, não era voltada para tais finalidades, havia a questão da iluminação, da limpeza, dos ambulantes, que se agrupavam, no local, local precário, e sugeriu também ele, a utilização do Espaço Cidadão, para um terminal de ônibus urbano, agregando serviços, acomodando os ambulantes, porque era local de fácil acessibilidade e mobilidade, local com cobertura, digno e próximo da principal rua de comércio da cidade. Concluindo, narrou que há anos participava do projeto Eco Lacre da concessionária Renovias, uma campanha de arrecadação de lacres de alumínio, em troca de cadeiras de rodas, que fazia parte do projeto de sustentabilidade desenvolvido pela concessionária. Comentou que o Clube Mogiano, de onde era o diretor artístico, tinha também aderido à campanha e pediu a colaboração dos nobres pares, para a arrecadação de lacres, bem como agradeceu à direção da Renovias, explanando que no ano passado, mais de quatrocentas cadeiras de rodas tinham sido doadas para hospitais, escolas, entidades e afins, e explicou ainda, que a campanha era conduzida com muita seriedade, pela concessionária, que era muito fácil dela participar, bastando apenas encher de lacres uma garrafa pet, de dois litros, e entregá-la nos postos de arrecadação da concessionária, sugerindo, enfim, que fosse colocado também, um ponto de arrecadação no “Palácio de Cristal”. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Ele, de início, parabenizou a Vereadora Sônia Regina Rodrigues, pela iniciativa do Encontro de Parlamentares e Ativistas da Causa Animal - EPACA, realizado, recentemente, no Clube Mogiano, evento do qual ele participara e que agrupara



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

diversos parlamentares de várias cidades, com discussões de elevado nível. Aproveitando a fala do Vereador Tiago Costa, sobre o MMEC, convidou todos os pares, para com o Vereador Geraldo Bertanha e ele, assinarem Moção de Repúdio ao Presidente do MMEC, haja vista o vergonhoso W.O. histórico, o risco de suspensão de competições, por dois anos, a lamentável situação na série A-3, onde se corria o risco de perder a vaga e o inserto futuro do clube. Por fim, pediu a saída do atual presidente do MMEC. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele se referiu ao triste assunto do MMEC e salientou que, na esfera esportiva, a pior coisa que poderia acontecer a uma agremiação era, justamente, W. O., ou seja, um time não comparecer a determinada competição, que o movimento de protesto estava tomando corpo e iria acontecer, no sábado próximo, às 12 horas, em frente ao campo do MMEC e convidou toda a população. Prosseguindo, falou de “outro tipo de W.O.”, ou seja, a ausência do prefeito no assunto do aumento dos funcionários públicos, porque “na hora de dar o reajuste ele não tinha comparecido”, o que era uma forma de W.O., e perguntou o que fariam a enfermeira, o jardineiro, a merendeira, o médico, o professor, o mecânico, o eletricitista, todos os servidores da prefeitura, que tinham aguardado o prefeito comparecer ao jogo, mas ele faltara, “mandando um W.O.”, nos funcionários públicos, algo vexatório. Declarou, que isso era muito triste, pois o “time dos funcionários” fazia a prefeitura funcionar; que o prefeito prosseguia, alugando prédios, sem resolver o problema do aumento do funcionalismo; que tais aluguéis perfaziam um total de cerca de cem mil reais/mês; que muitos lhe perguntavam, no que cem mil reais poderiam ajudar, e ele respondia, mencionando palavras da Secretária de Saúde, que lhe expusera, pessoalmente, que cem mil reais poderiam colocar “a saúde para funcionar” na cidade, e que, ao invés de “rasgar” o dinheiro do povo, o prefeito deveria canalizá-lo para a saúde. Lembrou, que o Gabinete do Prefeito estava desocupado e que, mesmo assim, o prefeito tinha alugado um prédio, em frente ao gabinete vazio, e perguntou se o prefeito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acreditava na desinteligência dos vereadores, ou lhes subestimava a percepção. Verbalizou, que o prefeito era experiente, mas estava se portando, tal qual um juvenil. Quanto ao “Palácio de Cristal”, disse que a melhor atitude era sair de lá, deixar o prédio, voltar a ocupar o prédio antigo, pois todos os assuntos eram tratados no plenário, perguntou por que não fazer tal coisa, por que não desocupar o “Palácio de Cristal” e retornar à Câmara antiga e sugeriu romper o contrato de locação, haja vista que, se um inquilino não estava satisfeito com a casa, que alugara, ele a devolvia ao proprietário, sem maiores problemas. Destacou, que os vereadores tinham o direito de tomarem uma atitude definitiva, haja vista que a população sabia que eram pagos quase trinta mil reais/mês, pelo aluguel do “Palácio de Cristal”, e que, sair do novo anexo era uma resposta à população e os vereadores não deveriam retardar tal ação. Para finalizar, perguntou o que a administração proporcionaria à cidade, no Dia da Independência, pois 7 de setembro estava se aproximando e ele não via qualquer movimentação, lembrando, igualmente, que havia lei, de autoria da então vereadora Dayane Amaro Costa, obrigando a realização do Desfile Cívico de 7 de setembro e pediu ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, que cessasse de dar desculpas e agisse. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto, que mencionou sua eleição para a presidência do Conselho de Ética Parlamentar da Câmara. Esperava nunca ter que usar de tal prerrogativa, pois, tal como pregara desde o seu primeiro dia, como vereador, os pares deveriam ser unidos, trabalhando juntos, buscando um mesmo ideal. Relatou, que estivera, em São Paulo, juntamente, com o Diretor da ETEC, André, para juntos solicitarem melhorias à unidade de Mogi Mirim, bem como relatou agenda, com o Secretário Estadual de Habitação, Rodrigo Garcia, sobre projetos de regularização de loteamentos, em Mogi Mirim, sobretudo a situação do Parque das Laranjeiras, cuja regularização nem seria tão difícil de resolver, mas havia o problema sério, relativo à CETESB e APPs, tendo sido a prefeitura notificada a respeito, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

providências. Citou ainda, as outras áreas, que careciam de regularização, tais como, as Chácaras das Uvas, acreditando numa solução viável para todas. O vereador agradeceu a solicitude do secretário estadual e a de seus funcionários. Ato contínuo, comentou que cobrara providências do Chefe de Gabinete, Guto Urbini, sobre a limpeza da cidade e contratação de caminhões, para coleta de galhos e entulhos, pois os entulhos estavam em grande proporção pela cidade, ele sabia das demoras, nos trâmites das licitações, sempre muito burocráticos, mas rogava por agilidade, caso contrário, a cidade ficaria “coberta” pelos galhos e entulhos. Parabenizou a Vereadora Sônia Regina Rodrigues, pela realização do Encontro de Parlamentares e Ativistas da Causa Animal - EPACA, realizado no Clube Mogiano, afirmando que com eventos de tal categoria, o nome de Mogi Mirim seria elevado. Para encerrar, o vereador abordou a problemática do anexo da Câmara, denominado “Palácio de Cristal”, e lembrou aos pares que, no começo do ano, ele mesmo dissera, que se os vereadores desejavam sair do novo anexo, que o fizessem, imediatamente, e se instalassem, na Câmara antiga, do jeito que ela se encontrava, mesmo sem reformas, com os mesmos móveis sempre usados, pois, caso contrário, a questão da burocracia iria emperrar o processo, obviamente, o que estava ocorrendo. Salientou que os vereadores, agora, “estavam de mãos amarradas”, que ele entendia a cautela do presidente, porque havia a multa, relativa ao rompimento de contrato, e o presidente responderia, por qualquer ato irresponsável, sendo nada simples a parte burocrática, mas ele tinha fé, de que o assunto estivesse resolvido, até o final do ano. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Disse que, nos seus seis meses de vereança, notara que a união trazia agilidade aos processos; que ele sempre buscava ser parceiro das pessoas, na medida do possível; que ele notava sempre os vereadores, que se faziam presentes nas audiências públicas, os que levavam apoio aos companheiros e conseguiam, assim, pela união, objetivos práticos; que ele não imaginava que alguém convocasse uma audiência pública, para proveito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próprio, mas sempre, para a busca do bem comum, logo, se os vereadores pensassem em usar de corporativismo, conseguiriam muitas outras coisas, para cidade. Citando a fala do Vereador Cinoê, que conjecturara sobre uma ajuda de cem mil reais, disse que ele próprio aguardava o trâmite de uma determinada verba, de cem mil reais, que ele buscara, a qual já fora aprovada, tramitara, mas ele ainda a aguardava, verba conseguida a pedido da própria Secretária de Saúde, e concordava também, com o discurso do Vereador Magalhães, pois não se devia anunciar dinheiro, antes dele estar em caixa, para evitar descrédito, haja vista que a verba citada estava plenamente garantida, mas não chegava nunca. Todavia, ele preferia correr o risco de cair em descrédito, mas buscar, agir, do que permanecer sentado, na cadeira, apenas reclamando, sem nada trazer para a cidade. Registrou os seus seis meses de vereança e sublinhou, que haviam outros vereadores, com muito mais tempo de Câmara, do que ele, e perguntou se algum dos deputados, que vinham pedir votos, na cidade, não poderia ajudar Mogi Mirim. Lembrou, que o Presidente Michel Temer havia liberado muitas emendas parlamentares e questionou, se não tinha sobrado nenhuma delas, para Mogi Mirim, perguntou se algum dos deputados federais, que visitavam Mogi Mirim, tinha conseguido alguma verba, para a cidade, ao menos uma. Aclarou, que era Líder de Governo, para os assuntos relativos à Câmara, que se ele pudesse ajudar algum dos pares, que ele ajudaria, certamente, e para exemplificar, comentou sobre pedido, que o Vereador Moacir Genuario tinha, para melhorias nas Chácaras Sol Nascente, pedido este, que já estava há quatro meses, aguardando, sem atendimento, sem que o conserto fosse executado, então ele, orador, telefonara ao secretário e fizera o pedido, que fora, finalmente, atendido. Estabeleceu, que os vereadores deviam reivindicar sim, mas sozinhos não, e lamentou pelos que só “batiam, batiam e reivindicam”, mas não traziam uma ajuda real para o município. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Gérson Rossi Júnior, que versou sobre o reajuste do funcionalismo. Lembrou que houvera, na Câmara, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

audiência, uma explanação, feita pelos secretários municipais, acerca da impossibilidade da administração, em dar o reajuste ao funcionalismo; que, posteriormente, ocorrera anúncio da revisão das vantagens pessoais dos funcionários, os biênios, quinquênios e sextas-partes; que não havia muitas informações sobre a revisão e ela criara certo pânico, nos funcionários, os quais lhe perguntavam do que se tratava, o que tinha havido; que ele tinha buscado informações e soubera, que a administração estava remetendo a questão para a auditoria, senhor Osiel, para que fosse revisto o levantamento da Secretaria de Administração, o RH da prefeitura, porque tinham ocorrido problemas, no sistema de cálculos, que, assim que fosse finalizado o trabalho do auditor, ele pedia ao Líder do Governo, que o agendasse, com a administração, para que ele trouxesse, para a Casa, o completo teor do assunto, assunto este, que afetava tantos funcionários, e que, a Câmara precisava se aprofundar ainda mais, no assunto, realmente, para dar respostas aos funcionários. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. O vereador mencionou indicação, que apresentara, para serviços de melhorias na Praça Jose Schincariol, especificamente, poda do mato alto, roçagem e limpeza e, para finalizar, convidou a todos para a Corrida e Caminhada do Bem, em prol da Santa Casa, a ser realizada no domingo, dia 20, das 8 às 12 horas, cujo início se daria, no Espaço Cidadão. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente, novamente, na direção dos trabalhos, determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento dos senhores *Paulo Gzvitavski, Sandra Justino Vicente, Tiago Oliveira Rossi, Emerson Meschiari, Joseilda da Silva e Rayza dos Reis*, falecidos recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h55, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM